

CONGRESSO HISTÓRICO
DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA

850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978)

ACTAS

VOLUME III

COMUNICAÇÕES



GUIMARAES . 1981

SUBSÍDIOS DOS REGISTOS DE ÓBITOS
DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA
PARA UM ESTUDO DA SOCIEDADE VIMARANENSE
DOS SÉCULOS XVII E XVIII

por

MARIA NORBERTA S. BETENCOURT AMORIM

Os genealogistas, primeiro, e os historiadores-demógrafos, depois, têm demonstrado a importância do estudo dos livros de registos paroquiais na determinação dos ritmos e ciclos da vida humana, quer numa perspectiva individual, quer numa perspectiva de grupos. Nós, sendo estudiosa da demografia histórica, vimo-nos dando conta, há já alguns anos, de que os registos de óbitos transcendiam a já importante possibilidade de completar a reconstituição desses ritmos e ciclos da vida das gerações do passado pré-estatístico e que se apresentavam abundantes de indicações de ordem económica e social, de índole religiosa ou até política.

Ao fazer o estudo demográfico de duas povoações rurais do Nordeste Transmontano (Rebordãos e Cardanha), tentámos dar desse facto testemunho, mas foi ao debruçarmo-nos sobre os registos de óbito da grande freguesia urbana que era no «Antigo Regime» a da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, que o volume e riqueza dos dados encontrados mais nos impressionou.

Embora com algumas lacunas, evidencia-se a partir do início dos registos, ou seja desde 1594, a preocupação dos curas da Colegiada de identificarem perfeitamente os seus fregueses pela indicação das profissões ou cargos, pela referência ao local onde residiam e mais tarde pelo estado de casado, solteiro ou viúvo. Feita a identificação do defunto, segue-se, a partir da terceira década do século XVII, a referência à recepção dos sacramentos

da hora da morte e as justificações pela eventual ausência de um ou mais desses sacramentos, permitindo-nos assim determinar certas condições da morte. Embora desde o início do período haja indicação se os defuntos faleceram com testamento ou abintestados, é só a partir da década de 1670 que o registo dos legados pios ou profanos se faz de forma mais frequente, tornando-se sistemática no século XVIII. A descrição dos legados pios pode elucidar-nos, por um lado, sobre as preocupações do Além-Túmulo e as armas consideradas mais eficazes para vencer tal prova e, por outro, sobre o volume e qualidade dos bens de grande número de defuntos.

Em certas épocas os curas têm a preocupação de justificar a ausência de testamento pela situação de pobreza ou morte repentina o que nos permite, para essas épocas, com relativa segurança, traçar um escalonamento percentual dos defuntos na sua relação com os bens. Se jogarmos depois com as profissões e cargos, podemos então mesmo arriscar uma estruturação social. Por fim, os curas da Oliveira, anotam o local de sepultura, o que, além de contribuir para a determinação das condições económicas do defunto, nos dá indicações sobre as várias instituições religiosas da vila e a sua relação com a comunidade.

De posse de todo este material e determinado aprioristicamente o seu alcance, precisávamos depois organizá-lo. O primeiro passo que considerámos de fundo foi elaborar, por décadas, um quadro estatístico em que poríamos em paralelo o número de defuntos apresentados pelos curas como pobres e o número daqueles que pelos testamentos mostravam ser possuidores, confrontados naturalmente com o peso dos indivíduos cuja situação económica não era possível de determinação por falta de dados. A morte repentina, ligada a certos cargos ou profissões, serviu de critério para a inclusão no grupo dos «possuidores» de alguns falecidos na situação de abintestados, como também o volume exíguo de bens declarados em certos testamentos nos levou à inclusão dos seus possuidores no grupo dos «pobres». Ajudou ainda a reduzir o número dos de situação económica indeterminada o conhecimento de que, durante todo o período, havia um local reservado para os defuntos que não haviam tido possibilidades económicas de comprar a sua sepultura numa igreja — o claustro da Colegiada.

Nesse quadro estatístico, não considerando a primeira metade do século XVII em que as lacunas nos registos tiram algum significado às conclusões, verificamos que no grupo dos «possuidores» a percentagem de 63% se mantém constante para toda a outra metade desse século, o que parece significar, por um lado, que se mantém o hábito de todos os possuidores de bens fazerem testamento para salvaguardarem, o mais possível,

TABELA I

DATAS	POSSUIDORES		POBRES		INDETERMINADOS		TOTAL
	Números Absolutos	Números Proporcion.	Números Absolutos	Números Proporcion.	Números Absolutos	Números Proporcion.	Números Absolutos
1594-1600	35	0,35	3	0,03	61	0,62	99
1601-1610	28	0,57	1	0,02	20	0,41	49
1611-1620	35	0,62	15	0,26	7	0,12	57
1621-1630	88	0,52	40	0,23	43	0,25	171
1631-1650	29	0,57	12	0,24	10	0,19	51
1641-1650	24	0,43	5	0,09	27	0,34	56
1651-1660	129	0,63	7	0,03	70	0,48	206
1661-1670	133	0,63	32	0,15	46	0,22	211
1671-1680	125	0,63	48	0,24	25	0,13	198
1681-1690	112	0,63	10	0,06	57	0,32	179
1691-1700	154	0,63	32	0,13	59	0,24	245
1701-1710	180	0,44	119	0,29	108	0,27	407
1711-1720	113	0,40	108	0,39	59	0,21	280
1721-1730	140	0,43	144	0,44	42	0,13	326
1731-1750	169	0,44	147	0,46	36	0,09	382
1741-1750	144	0,37	169	0,43	79	0,20	392
1751-1760	140	0,35	136	0,33	129	0,32	405
176-1770	147	0,35	118	0,28	157	0,37	422
1771-1780	103	0,29	128	0,36	122	0,35	353
1781-1790	119	0,29	69	0,17	227	0,54	415
1791-1800	124	0,25	77	0,16	289	0,59	490

a remissão dos seus pecados pelos chamados «bens da alma» e, por outro lado, pode também representar a ausência de significativas alterações na estrutura da sociedade. A percentagem de indivíduos apresentados como «pobres» é muito variável, o que está em relação com a alternância dos curas na sua preocupação de justificarem ou não a ausência de testamento. O volume grande de «indeterminados» apenas se esbate de forma mais nítida na década de 1671-80 e logo vemos que a percentagem que é acrescentada é a dos «pobres», arriscando-nos por isso a concluir que os indeterminados, na 2.^a metade do século XVII, seriam essencialmente indivíduos que não tinham condições económicas para fazer testamento. O volume dos pobres tenderia assim para os 37%.

O virar do século parece funcionar como uma charneira, verificando-se, a partir de então, uma descida constante da percentagem dos que fazem testamento, apenas sustida na década de 1731-40, década esta em que a percentagem de indeterminados se reduz ao seu ponto mínimo — apenas 9%. A diminuição do número dos testadores pode ser em parte explicada por uma alteração de crença — cada vez menos é considerado essencial para a salvação eterna os ofícios que se possam dizer por alma, mas parece-nos evidente que tem, além desse, outro significado — o aumento real do número de pobres. Na década que nos permite conclusão mais segura, a de 1731-40, verificamos que a percentagem dos indivíduos referidos como pobres pelos curas atinge os 46% e que nas décadas que a enquadram imediatamente, antes e depois, encontramos as percentagens respectivas de 44% e 43%. Há uma nítida diferença em relação à percentagem máxima para que tenderia o número dos pobres na segunda metade do século anterior — apenas 37%. À medida que nos aproximamos do final do século XVIII, por falta de dados dos registos, o volume de indeterminados aumenta, chegando a atingir, na última década deste século, os 59%. Deixando cada vez mais de ser hábito a feitura de testamento por parte de indivíduos casados com filhos, os curas dispensam-se de justificar a situação de abintestado e, na maior parte dos casos, apenas referem a situação de pobreza quando ela é tal que a própria sepultura é dada por esmola. Os 16% que detectamos na década de 1791 a 1800 significariam, neste critério, a percentagem dos indivíduos muito pobres ou mesmo miseráveis e sem familiares que lhes pudessem dar sepultura condigna.

Poderíamos assim concluir que, na segunda metade do século XVII, para 63% de possuidores haveria 37% de indivíduos sem bens móveis ou de raiz, ou, pelo menos, percentagens muito próximas destas, enquanto na primeira metade do século seguinte, para uma percentagem aproximada de 46% de indivíduos pobres, poderíamos encontrar 54% de possuidores de bens de algum tipo. Os muito pobres, no final de Setecentos, rondariam os 16%, percentagem que podemos considerar muito elevada se a compararmos com os resultados a que chegámos para as povoações rurais que estudámos — 5% em Rebordãos e apenas 2,6% em Cardanha, para esse mesmo século.

Chamou-nos especialmente a atenção, a par do volume muito maior de óbitos de indivíduos do sexo masculino, a circunstância de a percentagem de mulheres pobres ser em regra maior do que a percentagem de homens nas mesmas condições e fizemos, por isso, um desdobramento por sexos da tabela anterior dos possuidores, pobres e indeterminados.

TABELA II

(TABELA DESDOBRADA POR SEXOS)

DATAS	POSSUIDORES				POBRES				INDETERMINADOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES				MULHERES		Números Absolutos	
	Números Absolutos	Números Proporcionais	Números Absolutos	Números Proporcionais	Números Absolutos	Números Proporcionais	Números Absolutos	Números Proporcionais	Números Absolutos	Números Proporcionais	Números Absolutos	Números Proporcionais	HOMENS	MULHERES
1594-1600	21	0,49	14	0,25	1	0,02	2	0,04	21	0,49	40	0,71	43	56
1601-1610	17	0,63	11	0,50	—	—	1	0,05	10	0,37	10	0,45	27	22
1611-1620	13	0,59	22	0,63	5	0,23	10	0,29	4	0,18	3	0,09	22	35
1621-1630	45	0,61	43	0,44	12	0,11	28	0,29	17	0,23	26	0,27	74	97
1631-1640	17	0,71	12	0,44	4	0,17	8	0,30	3	0,13	7	0,26	24	27
1641-1650	11	0,65	13	0,33	2	0,12	3	0,08	4	0,24	23	0,59	17	39
1651-1660	85	0,78	44	0,45	—	—	7	0,07	24	0,22	46	0,47	109	97
1661-1670	70	0,71	63	0,53	9	0,10	23	0,19	13	0,14	33	0,28	99	119
1671-1680	61	0,76	64	0,55	14	0,18	31	0,29	5	0,06	20	0,17	80	118
1681-1690	51	0,68	61	0,59	4	0,05	6	0,06	20	0,27	37	0,36	75	104
1691-1700	75	0,71	79	0,57	10	0,09	22	0,16	21	0,20	38	0,27	106	139
1701-1710	77	0,48	103	0,42	45	0,28	74	0,30	39	0,24	69	0,28	161	246
1711-1720	55	0,53	58	0,33	28	0,27	80	0,45	20	0,19	39	0,22	103	177
1721-1730	73	0,53	67	0,36	54	0,39	90	0,48	11	0,08	31	0,16	138	188
1731-1740	87	0,55	82	0,37	57	0,36	120	0,54	14	0,09	22	0,10	158	224
1741-1750	71	0,46	73	0,31	52	0,34	117	0,49	31	0,20	48	0,20	154	238
1751-1760	80	0,48	60	0,25	41	0,24	95	0,40	47	0,28	82	0,35	168	237
1761-1770	81	0,51	66	0,25	27	0,17	91	0,35	52	0,33	105	0,40	160	262
1771-1780	53	0,40	50	0,23	37	0,28	91	0,42	44	0,33	78	0,37	134	219
1781-1790	73	0,45	46	0,18	22	0,14	47	0,19	67	0,41	160	0,63	162	253
1791-1800	79	0,31	45	0,17	28	0,13	49	0,18	112	0,51	177	0,65	219	271

Considerando apenas as décadas que se seguem a 1650, dadas as já referidas lacunas dos registos, além da verificação de que no grupo de pobres a percentagem de homens é sempre ultrapassada pela das mulheres, concluimos também que a percentagem de indivíduos de situação económica indeterminada é também sempre maior no sexo feminino (com excepção da década de 1741 a 1750 em que essa percentagem tem o mesmo valor), o que

mais nos permite pensar que, neste período, na Oliveira, os desamparados da fortuna, se pertenciam ao sexo masculino, poderiam eventualmente encontrar uma saída quer na sua própria terra, pelo exercício de uma profissão, quer saindo dela para maior ou menor distância, enquanto que entre as mulheres, sendo a mobilidade de menor âmbito e menor também a valorização do seu trabalho, se tornavam vítimas mais frequentes da indigência. Ainda dentro desta problemática consideremos que Guimarães era pólo de atracção para as mulheres de uma vasta zona, que se estendia pelas terras de Basto e até mesmo pela Galiza, virem aqui oferecer os seus serviços como criadas. Estando sujeitas às vicissitudes dessa profissão, vêem-se muitas vezes sozinhas, com filhos, dependentes da caridade pública, sem coragem ou possibilidades de voltarem à sua terra. Este quadro ressalta claramente de observações dos párocos durante todo o período, mas podemos tentar uma concretização para a última década do século XVIII, altura em que a referência à naturalidade dos defuntos se torna sistemática. Com efeito, dos 274 indivíduos adultos do sexo feminino que têm o seu registo de óbito entre 1791 e 1800, 120 são mulheres solteiras, o que dá a elevada percentagem de 44%, por si já significativa. Dessas 120 mulheres solteiras, 43 são naturais de outras terras, ou seja, 36%. Não será demasiado arriscado pensar que esta percentagem será essencialmente constituída por antigas ou efectivas criadas, embora os registos sejam omissos, nesta altura, em relação às profissões e só os testamentos nos possam esporadicamente indicar essa situação. Na medida em que os curas, nesta última década do século XVIII, indicam sempre se os defuntos deixam filhos ainda vivos, sabemos ainda que, de entre essas 43 mulheres solteiras não naturais de Guimarães, 14 deixam filhos, o que nos dá a percentagem de 33%. Teremos de considerar esta percentagem por defeito, porque os registos, apenas referindo «não lhe ficaram filhos», não nos elucidam se alguma vez os tiveram. Só através de uma reconstituição, difícil mas não totalmente impossível, das famílias constituídas por mulheres solteiras, trabalho esse que numa perspectiva demográfica é nossa intenção levar a cabo, poderíamos eventualmente corrigir esse resultado.

Continuando ainda com a tabela desdobrada por sexos e independentemente agora da relação com os bens, focamos o volume muito maior de óbitos de indivíduos do sexo feminino em relação ao masculino. Na segunda metade do século XVII, a relação estabeleceu-se em 129 mulheres para cada 100 homens, mas na primeira metade do século XVIII essa relação eleva-se para 150 em 100, para, na última metade desse século, acusar uma ligeira descida — 147 mulheres para 100 homens.

Condicionada, por um lado, pela imigração de criadas, esta diferença poderia ser justificada, por outro lado, pelas migrações para o exterior dos indivíduos do sexo masculino. Pelas referências dos testamentos, conhecemos apenas para a primeira metade do século XVIII a existência de 38 homens ausentes no Ultramar ou Castela, sendo desses, 24 no Brasil e apenas 2 na Índia. Para a segunda metade do século XVIII, dos 24 indivíduos do sexo masculino referidos como ausentes do Reino, 23 o são no Brasil e apenas um em Macau. A partida para o Brasil implicava um certo dispêndio, que ficamos a saber pelos registos oscilar para os não nobres entre 70 e 110 mil réis, dispêndio esse que não estaria naturalmente ao alcance dos grupos mais desfavorecidos. Referências a ausentes, sem especificar em que parte se encontram ou anotando que assistem em Braga, Porto, Lisboa e Coimbra, surgem-nos ainda, de forma esporádica, nos testamentos. Notemos, no entanto, que estes números e referências adiantados respeitantes à mobilidade devem apenas ser considerados como indicativos de uma situação, podendo no futuro a exploração de dados que a reconstituição de famílias nos traz, abrir novos horizontes nesta matéria.

*
* *
*

Depois de confrontarmos o número de possuidores com o número de pobres, um segundo passo que consideramos importante é a determinação das categorias sociais e grupos profissionais. Para essa determinação, um primeiro grande obstáculo nos surge — até 1714 há o registo sistemático pelos párocos das profissões dos defuntos, mas, em 2 de Dezembro desse ano, o Arcebispo Primaz, D. Rodrigo de Moura Teles, em visita efectuada à Colegiada, determina que os curas não escrevam os «ofícios mecânicos» dos seus fregueses. Na medida em que os cálculos populacionais que conhecemos são referentes ao século XVIII, a determinação de uma estrutura com base nas profissões fica naturalmente comprometida. Tivemos, no entanto, a sorte de encontrar outro tipo de fontes que puderam, complementarmente, dar-nos indicações preciosas sobre a estrutura da sociedade. Trata-se dos róis dos confessados, existentes, com algumas lacunas, a partir de 1737, e deles estudámos concretamente o ano de 1741. Nesse rol surge-nos cada fogo individualizado, com o nome do respectivo chefe de família à cabeça, seguindo-se eventualmente o nome da esposa, dos ascendentes e descendentes por ordem de sexo e idade, respectivamente, e por último a posição daqueles que, habitando sob o mesmo tecto, não têm com os primeiros relação de sangue.

Concretamente e no que respeita a estes últimos podemos encontrar capelães, pagens ou escudeiros, criados e escravos, se se trata de grandes casas de mercadores; obreiros e aprendizes, se o chefe de família for profissional mecânico; eventualmente companheiras e estudantes em casa de mulheres viúvas ou solteiras, idosas.

Numa primeira exploração procurámos o número de grandes casas, entre nobreza e alto clero, na freguesia da Oliveira nesse ano de 1741 e encontramos 23 para um total de 722 fogos apontados. Na mais opulenta dessas «grandes casas», achamos, na dependência e ao serviço de uma família de 4 pessoas, um capelão, um escudeiro, 14 criados e um escravo; as restantes «grandes casas» apresentam uma média de 6 serviçais.

125 famílias não pertencentes aos grupos privilegiados são servidas por criados, mas apenas em 32 casos o número destes é igual ou superior a 3. Pela análise concreta do rol, seriado por ruas, podemos concluir que em 3% de fogos, distribuídos em regra pela rua de Santa Maria e rua Escura, viviam a nobreza e alto clero; em 4% vivia a grande burguesia essencialmente comercial das ruas dos Mercadores e Sapateira, sendo os restantes 93% dos fogos habitados pela pequena e média burguesia, predominantemente dedicada a ofícios mecânicos, e pelo povo desprotegido.

Outro resultado importante é a contagem do número de serviçais nesse ano de 1741 na freguesia da Oliveira — num total de 352 criados adultos, temos 154 do sexo masculino para 198 do feminino; em 23 escravos de maior idade, temos 10 do sexo masculino para 13 do feminino. Dado que os párocos nos indicam como população adulta nesse ano o número de 2 314 pessoas, calculamos a percentagem de criados em 15% e a dos escravos apenas em 1%.

É muito mais reduzido o número de obreiros e aprendizes pois, no máximo de 2 em cada caso, contamos apenas 11 obreiros e 7 aprendizes no conjunto de todos os fogos da freguesia, o que nos dá ideia de que a aprendizagem do ofício se transmitia preferentemente de pais para filhos ou sobrinhos. Caixeiros encontramos 7 na dependência da burguesia comercial da rua dos Mercadores e só excepcionalmente 2 por caso. Estudantes, possivelmente naturais de outras terras, e alojados, em regra, em casa de mulheres viúvas e solteiras idosas, contamos 9, nesse ano de 1741. Do número real de estudantes não podemos ter conhecimento na medida em que os filhos-familiares, se o fossem, não lhes seria apontada tal situação. O mesmo não acontece com os clérigos seculares cuja contagem está ao nosso alcance — 51 clérigos seculares, sendo 13 cónegos da Colegiada e os restantes 38 sacerdotes sem benefício.

Esta possibilidade de contagem directa, num momento dado, do número de criados, escravos ou clérigos seculares é importante para nós na medida em que, pelos chamados registos paroquiais, são precisamente estas as categorias que mais facilmente se nos escapam. Com efeito, os registos de óbitos, mesmo que indiquem as profissões ou cargos dos defuntos, mas não nos informando da sua idade, interditam-nos o conhecimento preciso do período em que desenvolveram a sua vida activa. Tratando-se de indivíduos nascidos na paróquia ou aí casados, poderemos eventualmente, pela reconstituição de famílias, conhecer esse período de vida activa e fazer assim a contagem dos efectivos de uma determinada categoria numa determinada época. No entanto, quando se trata de sacerdotes, não sendo em regra apontado o nome dos progenitores, não podemos saber se o falecimento se deu em idade jovem ou avançada, acontecendo o mesmo com os criados ou escravos, a maior parte das vezes solteiros e naturais de outras terras. Daí o interesse do estudo complementar dos róis dos confessados.

Na medida em que foi numa perspectiva demográfica que abordámos os livros de registos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, procedemos à reconstituição de famílias, agrupando, para cada indivíduo, todos os actos registados da sua vida, começando pelo nascimento, passando pelo casamento até terminar na morte, e essa reconstituição permite-nos, para o período anterior a 1714, determinar, de forma segura ou pelo menos provável, o número de efectivos em cada cargo ou profissão. Dado que na década de 1711 a 1720 se verificam algumas lacunas nos óbitos, decidimos estudar o ano de 1706, data da 1.^a edição da *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa, e ir recuando em espaços de 30 anos enquanto tivéssemos registos. Isso deu-nos os anos de 1616, 1646, 1676 e 1706. Começámos por estudar os profissionais mecânicos e os resultados a que chegámos apresentamo-los em quadro. Frisemos que os efectivos prováveis que figuram no quadro devem ser considerados como fortemente prováveis, podendo, em alguns casos, colocar-se mesmo aquém da realidade.

Além daqueles que figuram no quadro, outros profissionais de ofícios mecânicos nos aparecem referidos nos registos, embora não excedendo um efectivo em cada época. Trata-se de albardeiros, alquiladores de mulas, banheiros, batefolhas, espadeiros, moleiros, padeiros, palmilhadores, peneiros, pontilheiros, rebocadores, retelhadores, seleiros, surradores e violeiros.

O peso social dos profissionais deste sector de actividade ficaria bem determinado se nos fosse possível calcular, para cada um dos anos escolhidos, os quantitativos populacionais. Infelizmente, nesta altura da investigação, não podemos fazer nenhum cálculo relativo ao século XVII; e mesmo em

TABELA III
OFICIAIS MECÂNICOS

PROFISSÕES	1 6 1 6			1 6 4 6			1 6 7 6			1 7 0 6		
	Existência segura	Existência provável	Total	Existência segura	Existência provável	Total	Existência segura	Existência provável	Total	Existência segura	Existência provável	Total
Alfaiates	11	18	29	21	6	27	31	3	34	35	6	41
Barbeiros	2	6	8	6	3	9	11	4	15	15	3	18
Boticários	2	1	3	1	1	2	3	—	3	3	—	3
Botoeiros	—	3	3	1	1	2	—	—	—	—	—	—
Carpinteiros	2	6	8	3	2	5	6	—	6	8	3	11
Escult.; Enxambrador.												
Santeiros; Imaginários	1	1	2	1	2	3	2	—	2	3	1	4
Ferreiros	1	3	4	1	1	2	1	—	1	2	2	4
Ourives	1	1	2	1	1	2	6	4	10	8	1	9
Sapateiros	3	13	16	8	13	21	23	8	31	32	15	47
Serralheiros	—	1	1	—	1	1	3	—	3	3	—	3
Sirgueiros	3	3	6	5	1	6	5	1	6	2	2	4
Tecelões	—	1	1	—	—	—	2	3	5	13	7	20
Tozadores	4	6	10	4	6	10	5	—	5	3	—	3
Confeiteiros												
Pasteleiros	—	—	—	1	3	4	4	—	4	6	—	6
Cutileiros	—	—	—	1	1	2	3	—	3	3	2	5
Ferradores	1	—	1	1	—	1	2	—	2	2	—	2
Marchantes	—	1	1	2	—	2	—	2	2	1	—	1
Oleiros	—	2	2	4	1	5	1	3	4	—	—	—
Pedreiros	—	2	2	1	1	2	1	2	3	2	1	3
Pentieiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	1	10
Pintores	—	—	—	2	1	3	9	3	12	11	3	14
Serieiros	—	—	—	—	3	3	2	1	3	3	—	3
Sombreiros	—	—	—	—	—	—	1	—	1	7	7	14
TOTAIS	31	68	99	64	48	112	121	34	155	171	54	

relação ao ano de 1706 não podemos tirar uma conclusão segura. Com efeito, a *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa não nos dá para esse ano os quantitativos referentes a cada uma das freguesias de Guimarães, esclarecendo-nos apenas que a «vila tem dentro dos seus muros 683 vizi-

nhos» que juntos aos arabaldes perfazem os 1 963 vizinhos. Por outro lado, D. Luís Caetano de Lima na sua *Geografia Histórica* informa-nos que os fogos da vila e arrabaldes perfazem o número de 2 152 no ano de 1732. O aumento de número de fogos nestes 30 anos não parece ser assim muito significativo. Aliás o somatório dos óbitos na freguesia da Oliveira para a década de 1701 a 1710 perfaz o número de 466, enquanto de 1731 a 1740 achamos o número de 472. Embora conscientes da complexidade dos fenómenos demográficos, não nos parece muito arriscado pensar que em 1706 existiriam na freguesia da Oliveira quantitativos populacionais próximos dos encontrados 30 anos mais tarde, embora inferiores.

Recorrendo mais uma vez aos róis de confessados, achamos 2 370 pessoas adultas na freguesia da Oliveira no ano de 1737 e a partir da relação que já estabelecemos anteriormente entre os efectivos do sexo masculino e feminino para a primeira metade do século XVIII (100 homens para 150 mulheres) podemos calcular como existentes nessa data 948 indivíduos do sexo masculino.

Como pensamos que em 1706 o número de homens seria inferior, embora não muito afastado do número encontrado para 1737, tomamos por base esses 948 para determinar o peso social dos profissionais mecânicos na freguesia da Oliveira na 1.^a década do século XVIII. Contando com os profissionais isolados que já apontámos, teríamos como existentes em 1706, 240 oficiais mecânicos que seriam equivalentes a 25% da população masculina adulta.

Não podendo para o século XVII arriscar nenhuma relação deste tipo, podemos, no entanto, detectar as mudanças mais significativas.

O aumento em termos absolutos do número de profissionais terá uma primeira explicação no próprio aumento populacional, mas notamos algumas oscilações relativas em parte das profissões. Para facilitar as conclusões, elaborámos um quadro de números proporcionais, contando desta vez apenas com os totais que incluem os profissionais de existência segura somados aos de existência fortemente provável.

Profissões como barbeiros, cutileiros, ferradores, marchantes, pedreiros e serralheiros parecem ter conservado, ao longo de quase todo o período, as suas posições relativamente ao conjunto dos profissionais mecânicos; alfaiates, boticários, botoeiros, ferreiros, sirgueiros, tozadores, oleiros, parecem ter decrescido proporcionalmente de número para o século XVIII enquanto os ourives, sapateiros, tecelões, pentieiros, pintores, sombreireiros, acusam uma subida para o final do período. De todas as indústrias, aquela que nos parece de mais seguro desenvolvimento é a do calçado, sendo de

TABELA IV

OFICIAIS MECÂNICOS
(números proporcionais)

PROFISSÕES	1 6 1 6	1 6 4 6	1 6 7 6	1 7 0 6
Alfaiates	29	24	22	18
Barbeiros	8	8	9	
Boticários	3	2	2	1
Botoeiros	3	2	—	—
Carpinteiros	8	4	4	5
Escultores	2	3	1	2
Ferreiros	4	2	1	2
Ourives	2	2	6	4
Sapateiros	16	19	20	21
Serralheiros	1	1	2	1
Sirgueiros	6	5	6	2
Tecelões	1	—	3	9
Tozadores	11	9	3	1
Confeiteiros	—	4	3	3
Cutileiros	—	2	2	2
Ferradores	1	1	1	1
Marchantes	1	2	1	1
Oleiros	2	4	3	—
Pedreiros	2	2	2	1
Pentieiros	—	—	—	5
Pintores	—	2	7	6
Serieiros	—	2	2	1
Sombreireiros	—	—	—	6
TOTAL	100	100	100	100

realçar também o surgimento nos registos (só no século XVIII e com alguma importância) dos ofícios de sombreireiro e pentieiro.

Outros sectores de actividade são igualmente apontados pelos párocos da Oliveira. Encontramos mercadores; letrados; alguns, embora poucos, elementos do sector primário, além de número a considerar de outras ocupações ou cargos com apenas um efectivo.

TABELA V

SECTORES PRIMÁRIO E TERCIÁRIO

OCUPAÇÕES/POSIÇÕES	1 6 1 6			1 6 4 6			1 6 7 6			1 7 0 6			Total
Mercadores	8	16	24	11	14	25	26	20	46	28	14	42	53
Taberneiros/Vinhateiros	2	8	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Misteirais	—	—	—	3	2	5	7	5	12	7	4	11	
Licenciados	7	4	—	4	6	10	8	4	12	13	7	20	33
Escrivães	—	2	2	3	—	3	7	6	13	9	4	13	
Jornaleiros	2	—	2	1	—	1	1	—	1	5	3	8	12
Lavradores	—	—	—	—	—	—	1	1	2	2	2	4	

Reparemos que o ano de 1676 se superioriza em relação ao de 1706 no que respeito ao número de mercadores, o mesmo não acontecendo em relação aos letrados para os quais se nota nítido aumento de efectivos em 1676 e principalmente em 1706, se tivermos em conta os quantitativos da primeira metade do século XVII.

Quanto ao sector primário, embora de peso reduzido no conjunto dos outros sectores de actividade, nota-se um aumento, em 1706, do número de jornaleiros em relação ao ano de 1676, o que de certo se relacionará com o aumento geral do número de serviçais para o século XVIII.

Com um elemento em cada época, há ainda referência nos registos a alcaides; alfandegueiros; carcereiros da Correição; corregedores; desembargadores; enquiridores; estanqueiros do tabaco; executores-mores; hospitaleiros da Misericórdia e do Anjo; juizes de órfãos; juizes de fora; mampos-teiros de cativos; meirinhos da Colegiada, da Provedoria e da Correição; mestres de meninos e ainda peixeiros ou pescadeiros.

Para as categorias ainda não analisadas (nobres; clérigos seculares; criados e escravos) podemos, em relação aos nobres, por contagem através da reconstituição de famílias, calcular como existentes 40 indivíduos do sexo masculino maiores de 14 anos na freguesia da Oliveira no ano de 1706.

No que respeita aos clérigos seculares, criados e escravos, já vimos a impossibilidade de determinação, pelo uso conjugado dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, dos respectivos quantitativos num momento dado. Podemos apenas, utilizando os registos de óbitos, elaborar um quadro

estatístico dos efectivos falecidos em cada década, embora mais uma vez tenhamos consciência da falibilidade das conclusões que se queiram daí extrair. Notemos ainda que em relação aos criados não há, a partir de 1714, um registo sistemático, pelos curas, dessa situação e, portanto, os números apresentados devem ser encarados com reserva.

TABELA VI

ÓBITOS DE CLÉRIGOS E SERVIÇAIS
(1601-1800)

DATAS	Sacerdotes	Cónegos	Criados	Criadas	Escravos	Escravas
1601-1610	2	4	—	—	—	—
1611-1620	—	—	—	—	—	—
1621-1630	4	4	—	—	—	—
1631-1640	2	4	—	2	—	—
1641-1650	4	2	—	2	—	—
1651-1660	10	11	—	—	—	—
1661-1670	14	11	1	7	—	—
1671-1680	10	4	1	2	—	—
1681-1690	15	2	—	—	—	—
169-1700	13	4	4	1	—	—
1701-1710	15	7	8	8	4	2
1711-1720	11	8	4	7	—	2
1721-1730	15	6	4	6	—	4
1731-1740	21	5	4	8	5	2
1741-1750	17	7	6	7	1	2
1751-1760	17	5	—	3	1	5
1761-1770	18	7	1	5	1	6
1771-1780	15	6	3	6	1	5
1781-1790	23	11	5	5	1	1
1791-1800	18	9	5	4	3	9

Extrai-se do quadro que a média anual de óbitos de clérigos na 2.^a metade do século XVII é de 19, passando na 1.^a metade do século seguinte para 22 e atingindo na 2.^a metade do século XVIII os 26.

Quanto aos criados, a subida de efectivos é muito mais importante do primeiro para o segundo daqueles séculos: na 2.^a metade do século XVII,

encontramos uma média de 3 óbitos por ano; na 1.^a metade do século XVIII, essa média sobe para 12. Encaramos a média de 7 por ano, encontrada na segunda metade deste último século, com as reservas já apontadas.

Não encontramos, no século XVII, nenhum óbito registado de escravo, para, na 1.^a metade do século XVIII, a média anual de falecimentos de escravos se situar em 4 elementos, subindo, na segunda metade deste último século, para 6 elementos.

Admitindo que, no que respeita a clérigos seculares e serviçais, a sua relação com os efectivos masculinos totais em 1706 não seria muito afastada da relação encontrada em 1741, poderíamos traçar um escalonamento percentual dos vários grupos e categorias sociais, tomando sempre por base o número de 948 indivíduos maiores do sexo masculino:

NOBRES	4%
CLÉRIGOS SECULARES	15%
MERCADORES	6%
OFICIAIS MECÂNICOS	25%
LETRADOS	4%
LAVRADORES e JORNALEIROS	1%
CRIADOS	17% a)
ESCRAVOS	1%
OUTROS	1%
INDETERMINADOS	26%
	—
TOTAL	100%

Os 26% de indeterminados poderão ser eventualmente os excedentes percentuais de certas categorias que apresentamos «por defeito» juntos ao número daqueles que não exercem nenhuma profissão por incapacidade ou indigência.

Caberia agora aqui uma relação entre as várias categorias sociais e grupos profissionais e o quadro dos «possuidores, pobres e indeterminados», que apresentámos primeiramente; mas o reduzido número de efectivos entre os diferentes grupos de oficiais mecânicos não nos permite conclusões muito seguras. Esperemos que o estudo conjunto de todas as freguesias da vila nos possa trazer, no futuro, essa possibilidade.

a) Note-se que, embora a percentagem de criados e criadas em 1737 seja de 15%, calculando pelo processo já apontado o número de efectivos para esse ano, a percentagem só de criados será de 17%.

B I B L I O G R A F I A

FONTES MANUSCRITAS

Existentes no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães:

Livros de registos paroquiais (de 1594 a \pm 1860)
BAPTIZADOS; CASAMENTOS e ÓBITOS.

Existentes no Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira.

RÓIS DE CONFESSADOS (a partir de 1537, com lacunas).

TRABALHOS IMPRESSOS

CALDAS, P.^e José António Ferreira, *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, vol. I, Porto, 1881.

COSTA, P.^e António Carvalho da, *Corographia Portugueza e descripção topographica do famoso reino de Portugal*, Lisboa, 1706.

LIMA, D. Luís Caetano de, *Geografia Histórica*, Lisboa, 1736.

Da Autora:

Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII, Lisboa, 1973.

Método de exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800 (em publicação).